



A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO

THE INTERGENERATIONAL TRANSMISSION OF POVERTY – A BRIEF ANALYSIS OF THE MOZAMBICAN CONTEXT

LA TRANSMISIÓN INTERGENERACIONAL DE LA POBREZA : UN BREVE ANÁLISIS DEL CONTEXTO MOZAMBIQUEÑO

Jose Ernesto Bule¹

e432830

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i3.2830>

PUBLICADO: 03/2023

RESUMO

A pobreza é uma condição que afecta um grande número de pessoas em todo mundo. Todavia os governos em todos países tendem a levar a cabo uma série de acções tendentes a combatê-la, em prol do bem-estar da sua população. Os factores associados à condição de pobreza são o principal motivo pelo qual são desenhados vários instrumentos para fazer face a ela. Esses factores variam de acordo com a posição económica dos países bem como a concepção predominante na sua população em termos de esforços individuais para sair dessa condição. Pretende-se com este ensaio analisar os factores que contribuem para a transmissão da pobreza entre gerações bem como as acções que podem ser levadas a cabo para se sair dessa condição. Para o efeito, irá se recorrer à pesquisa bibliográfica. Dentre os factores associados a pobreza estão os domésticos e os extradomiciliares como preponderantes para mergulhar ou não um indivíduo na teia da pobreza. Deste modo, investimento no capital humano, de tal forma que o indivíduo aproveite todas as potencialidades ao seu redor para sair da condição da pobreza mostra-se o caminho mais viável.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. Transmissão Intergeracional. Capital Humano.

ABSTRACT

Poverty is a condition that affects a large number of people across the world. However, governments in all countries tend to carry out a series of actions tending to combat it, in favor of the well-being of their population. Factors associated with the condition of poverty are the main reason why various instruments are designed to deal with it. These factors vary according to the economic position of countries as well as the prevailing conception of their population in terms of individual efforts to get out of this condition. The aim of this essay is to analyze the factors that created the transmission of poverty between generations as well as the actions that can be taken to get out of this condition. For this purpose, the bibliography will be searched. Among the factors associated with poverty, there are domestic and extra-domestic ones as preponderant for plunging an individual into the web of poverty or not. In this way, investment in human capital, in such a way that the individual takes advantage of all the potential around him to get out of the condition of poverty, is the most viable path.

KEYWORDS: *Poverty. Intergenerational Transmission. Human Capital.*

RESUMEN

La pobreza es una condición que afecta a un gran número de personas en todo el mundo. Sin embargo, los gobiernos de todos los países suelen realizar una serie de acciones tendientes a combatirlo, en pro del bienestar de su población. Los factores asociados a la condición de pobreza son la razón principal por la cual se diseñan diversos instrumentos para enfrentarla. Estos factores varían según la posición económica de los países, así como la concepción predominante de su población en términos de esfuerzos individuales para salir de esta condición. El objetivo de este ensayo es analizar los factores que generaron la transmisión de la pobreza entre generaciones así como las acciones que se pueden tomar para salir de esta condición. Para ello, se buscará en la bibliografía. Entre los factores asociados a la pobreza, se encuentran los domésticos y

¹ Universidade Eduardo Mondlane.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

extradomésticos como preponderantes para sumergir o no a un individuo en la red de la pobreza. De esta forma, la inversión en capital humano, de tal forma que el individuo aproveche todo el potencial que le rodea para salir de la condición de pobreza, es el camino más viable.

PALABRAS CLAVE: Pobreza. Transmisión Intergeneracional. Capital Humano.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio propõe como tema a transmissão intergeracional da pobreza e propõe-se a buscar a compreensão não apenas sobre o que é a transmissão intergeracional da pobreza e como é que ela acontece, mas também o seu impacto na vida da população. Neste sentido, pretende-se estudar este tema para despertar a atenção e mostrar a necessidade dos governos desenharem políticas mais eficientes e eficazes que poderão melhorar a qualidade de vida das populações, proporcionando-as melhores alternativas de subsistência.

O objectivo geral do ensaio é compreender os aspectos conceptuais da transmissão intergeracional da pobreza e os objectivos específicos são, nomeadamente (i) identificar a maneira como a transmissão intergeracional da pobreza ocorre, (ii) identificar os factores associados à transmissão intergeracional da pobreza e (iii) conceber acções que se podem desenvolver para evitar que uma geração esteja em risco de cair numa armadilha da pobreza incluindo o potencial para aqueles que crescem em famílias pobres, dentro de um contexto económico e sociopolítico em Moçambique.

O tema em estudo justifica-se por trazer uma contribuição significativa para todos aqueles que têm interesse em matérias de população e desenvolvimento e para que os governos e os decisores políticos tomem consciência e tenham um panorama real dos efeitos das suas acções e inacções para a população governada bem como para as gerações futuras. Achou-se pertinente desenvolver este tema, sobretudo num contexto em que o mundo esteve efusivamente afectado pela pandemia da COVID-19 que de alguma forma ainda se faz sentir, e por outras várias crises (há relatos na história de algumas crises que duraram muito tempo) que colocaram à prova e à necessidade de os países se reinventarem na adopção de políticas que pudessem ser eficientes e eficazes na busca de melhorar o padrão de vida das suas populações, uma vez terem fragilizado o tecido social em termos de capacidade de gerar renda e enfraquecido as economias.

É necessário projectar um desenvolvimento das estruturas familiares e da sociedade através de uma intervenção constante nas áreas sociais, que permitam um capital humano de qualidade por forma a que as necessidades das famílias sejam satisfeitas. Por isso, mostra-se pertinente uma reflexão de como os governos e as famílias podem promover a não transmissão da pobreza entre gerações contribuindo dessa forma para a mudança da qualidade de vida das gerações. Assim, pelo facto de a transmissão intergeracional da pobreza constituir um factor para a degradação da qualidade de vida das gerações futuras, e tendo em conta o papel crucial que os governos e as famílias têm para evitar essa situação, levanta-se o problema de procurar identificar que acções



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

poderão ser desenvolvidas pelos governos e pelas famílias para que não aconteça a transmissão intergeracional da pobreza. Nesta senda, julga-se importante investigar o problema formulado, porque através do mesmo, irá se mostrar a importância do investimento no capital humano e na criação de uma estrutura que fortifique o tecido social promovendo a educação, a qualidade da vida, factores fundamentais para se escapar das armadilhas da pobreza.

MÉTODO

Em termos de metodologia, para realização do ensaio foi empregue a pesquisa bibliográfica. O ensaio explorou a bibliografia atinente ao tema bem como documentos e relatórios oficiais do Governo moçambicano e de organismos internacionais contendo dados e informações sobre a pobreza e os seus níveis, para avaliar a situação real do estágio da pobreza em Moçambique, para daí poder-se desenhar os mecanismos e acções tendentes a cortar a corrente que arrasta o fenómeno de uma geração para a outra.

A POBREZA E SEU CONTEXTO

A Organização das Nações Unidas reuniu em 2015 os seus países membros para definição de um plano de acção global, por forma a que os países garantam às suas populações, dentre outras, uma educação de qualidade e acessível. Essa reunião resultou na definição dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, em que um deles, e por coincidência o primeiro, é a erradicação da pobreza, em que se pretende acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. É neste contexto que surge a relevância de estudar este fenómeno, despertando aos governos, a necessidade de dedicarem uma atenção especial à qualidade e acessibilidade da educação, para que se tenha um capital humano competitivo. Em Moçambique, devido ao contexto multicultural em que os indivíduos se encontram inseridos, muitas barreiras existem devido a percepção, sobretudo nas áreas rurais, que os pais têm de que a frequência à escola, para além de constituir um gasto financeiro para eles, reduz a sua capacidade de produção nos trabalhos do campo, devido à maior ausência dos filhos na execução destes, optando por ocupá-los a tempo inteiro nos referidos trabalhos.

A pobreza é um tema amplamente debatido nas agendas de quase todos os governos, em seus países bem como em organismos internacionais, para de certa forma mostrar a preocupação e sobretudo a necessidade de erradicá-la, dada a crença de que ela não é um estado mas sim uma condição, dando por isso as chances de escapar das suas armadilhas, oferecendo dignidade e melhorando o padrão de vida das populações. Falar de pobreza, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, tem levantado um desafio para os principais actores da linha de frente no seu combate, nomeadamente os governos desses países e suas populações por um lado, e as organizações não-governamentais e os parceiros internacionais de cooperação por outro, uma vez existir um sentimento de desconfiança, que muitas vezes compromete o sucesso e mesmo a não implementação de um programa tendente a dar oportunidade e melhorar a condição de vida da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

população. A compreensão que existe no meio deste processo pode ser analisado em três vertentes, uma a da incerteza dos parceiros internacionais de cooperação sobre a aplicação dos fundos por eles desembolsados aos governos locais para programas tendentes a combater a pobreza dado os níveis de corrupção que são associados a esses países, outra a das populações que acreditam que embora haja desembolso desses financiamentos, os governos locais não canalizam para os programas desenhados, ou se o fazem não acontece de forma satisfatória, e a outra ainda de que os governos locais não são exímios em identificar realmente os problemas a serem resolvidos e por essa via desenharem programas e projectos mais eficazes.

Por esses factos, torna-se importante trazer de forma breve, a compreensão que se tem da pobreza antes de falar da transmissão intergeracional da pobreza. Para as Nações Unidas a pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. A pobreza manifesta-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões. Sen (1999) citado no Inquérito sobre o Orçamento Familiar - IOF (2014/15:2) entende que a pobreza existe quando as pessoas não possuem capacidades necessárias para alcançarem um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, entre outros. Para Crespo e Gurovitz (2002) citados em Mota e Parente (2018, p. 412), a pobreza é um processo complexo e está relacionado a algum tipo de privação constituída por elementos de ordem material, não material, cultural e social na vida de uma pessoa ou família.

No dia 17 do mês de Outubro do ano de 2022, coincidentemente o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza cujo tema para esse ano foi “Dignidade para todos na prática”, as Nações Unidas publicaram um relatório designado “ Novos Perfis da Pobreza e Acções para Enfrentá-los, em que afirmam que o mundo tem 1,3 bilhão de pobres em diversas dimensões, sendo que a maioria dessas pessoas em pobreza multidimensional, 83% vive na África Subsaariana e no sul da Ásia e em áreas rurais e que dessas pessoas mais de 700 milhões de pessoas não satisfazem suas necessidades diárias básicas e dois terços das pessoas pobres vivem em países de renda média. O relatório dá exemplo de países como a Índia com 229 milhões de pessoas pobres e a Nigéria com 97 milhões de pessoas pobres. As prioridades definidas nesse contexto incluem investimentos em soluções centradas nas pessoas em campos como saúde, trabalho, igualdade de género, protecção social, transformação de sistemas de alimentação e educação, uma vez que a pandemia da COVID19 e outras crises prejudicaram os esforços desses países para acabar com a pobreza de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Não há provavelmente nenhuma definição que capte simultaneamente todas as dimensões que caracterizam as várias faces de uma situação de pobreza. Mas é facto de que, grande parte dos indivíduos em situação de pobreza cresceu num contexto mais ou menos continuado de privação, o que condicionou, à partida, as suas oportunidades de vida, nomeadamente contribuindo para antecipar a sua saída da escola e a entrada precoce no mercado de trabalho, assim ingressando em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

empregos pouco qualificados. Todavia, os diferentes autores definem a transmissão intergeracional da pobreza de acordo com as suas concepções e o modo de produção da época. Bird (2007) citado em Motta e Parente (2018, p. 412) define a transmissão intergeracional da pobreza como uma consequência da ausência de transferências de investimentos necessários, como por exemplo para educação, saúde e alimentação das pessoas, mas também pela ausência de políticas públicas que afectam o capital humano e social. Segundo Alves (2009, p. 125) é uma privação do direito básico de cada indivíduo participar plenamente na vida social, económica, cultural e política da comunidade em que se insere. Por sua vez, Novellino e Belchior (2008, p. 4) entendem-a como uma consequência da ausência de investimentos adequados no capital humano dos filhos - educação, saúde e alimentação - por seus pais de modo que possam sobrepujar os níveis de renda e consumo de sua infância e sair da condição de pobreza.

Os conceitos apresentados pelos diversos autores, despertam a necessidade de investimentos no capital humano, que se mostra crucial para a mudança da estrutura familiar e até da sociedade. O investimento no capital humano irá permitir que o indivíduo através das oportunidades disponíveis no meio em que se encontra inserido, acumule experiências e conhecimentos para gerar riqueza para o país e para sua família, interrompendo dessa forma essa cadeia de transmissão. Será através do investimento no capital humano que os factores que concorrem para a transmissão, ou seja as circunstâncias que podem contribuir ou influenciar para que os indivíduos estejam nas armadilhas da pobreza, e por essa via possam transmiti-la para a outra geração, estejam fora do raio desses indivíduos.

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA

Nos últimos anos, emerge de forma crescente uma tendência de se procurar conhecer as circunstâncias responsáveis por transmitir a pobreza a uma geração de forma incondicional, e outra de consciencialização dos governos sobre as consequências da não provisão de uma educação de qualidade e seu fácil acesso, bem como de outros serviços sociais basilares para uma formação de um capital humano altamente qualificado, capaz de promover uma qualidade de vida para si, sua família e a sociedade no geral. Uma consciencialização no sentido de que a não provisão desses serviços de qualidade pode comprometer a possibilidade de erradicar ou de reduzir os níveis de pobreza de uma geração para a outra, fazendo com que a geração posterior esteja cercada pelas teias da pobreza e não consiga escapar delas pelo facto de, toda uma estrutura que pudesse contribuir para esse facto se encontrar altamente fragilizada, deixando-a sem muitas escolhas de sobrevivência se não num estilo de vida precário, comprometendo desse modo, o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para perceber estes fenómenos, alguns autores procuraram explicar teoricamente como acontece esse mecanismo de transmissão e suas condições favoráveis e não favoráveis, estudando os extremos deste processo, portanto os pais num e os filhos noutra e o conjunto de condições que vão sendo criadas ao longo deste segmento e que justifiquem a transmissão ou não da pobreza dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

pais para os filhos. Tejada *et al.*, (2015, p. 1226) entendem a mobilidade intergeracional socioeconómica como a relação entre a posição socioeconómica dos pais e a posição socioeconómica dos seus filhos quando se tornam adultos. Ela avalia o grau em que a posição socioeconómica das pessoas em uma geração depende da posição socioeconómica dos seus pais. Em outras palavras, reflete o grau em que os indivíduos se deslocam para cima ou para baixo na escala social em comparação com seus pais. De acordo com estes autores, ela tem sido analisada na literatura pelo uso de variáveis como a renda, a educação e a ocupação. A mobilidade intergeracional da renda é importante por vários motivos: (i) está associada com a desigualdade da renda – países com alta desigualdade de renda e baixa mobilidade intergeracional perpetuam essa desigualdade; (ii) tem forte associação com a perpetuação da pobreza, e a baixa mobilidade propicia uma transmissão intergeracional da pobreza. Quanto maior o investimento privado dos pais no capital humano dos filhos, quanto maior o rendimento para qualquer investimento, quanto maior o grau de transmissão de outros aspectos do *background* familiar importantes para os rendimentos e quanto menos progressivo o investimento público em capital humano dos filhos, maior será o grau de transmissão intergeracional de renda (*Ibid*).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Bird (2007:v), a pobreza não é transferida como um pacote, mas como um conjunto complexo de factores positivos e negativos que afectam as chances de um indivíduo vivenciar a pobreza, seja no presente ou em um ponto futuro de sua vida. Os factores que influenciam a probabilidade de um indivíduo ser pobre incluem tanto a transmissão privada (ou falta de transmissão) de capital quanto a transferência pública (ou falta de transferência) de recursos de uma geração para outra. Estes podem ser positivos ou negativos. Ser uma criança pobre aumenta as chances de ser um adulto pobre, mas nem sempre é assim, e outros factores podem operar independentemente para afectar o bem-estar ao longo da vida.

Para Bird (2007) citado por Motta e Parente (2018, p. 412), o conhecimento sobre a transmissão intergeracional da pobreza deve ter em conta variáveis tanto na dimensão intrafamiliar (renda, composição familiar) quanto na extrafamiliar (ausência de políticas públicas, factores de ordem política económica e social, entre outros). Com efeito, Bird (2007) destaca que a exploração científica da transmissão intergeracional da pobreza não deve se concentrar apenas na vida das crianças; deve ser compreendida apenas como sendo transmitida de responsáveis pobres para dependentes. Ao estudar a pobreza, deve-se explorar factores que impactam a vida também de adultos, pois a pobreza pode ser transmitida também de dependentes para responsáveis. Na dimensão intrafamiliar, esta autora traz possíveis variáveis que afectam a pobreza. Entre elas destacam-se a renda familiar, a composição do número de membros da família, a composição de activos e património, educação de pais e mães, gravidez precoce e trabalho infantil, entre outros. Na dimensão extrafamiliar, as políticas públicas são o foco. Entretanto, a pobreza pode ocorrer em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

qualquer fase da vida; portanto, intervenções em fases mais vulneráveis devem ser consideradas, sobretudo no âmbito extrafamiliar, por meio de implantação de políticas públicas.

Por sua vez, Motta e Parente (2018, p. 13), afirmam que investimentos em medidas sociais na dimensão extrafamiliar, bem como de políticas públicas nas primeiras fases do ciclo da vida da criança, inclusive na fase uterina, reduzem as chances de a pobreza se perpetuar durante a juventude, na fase adulta e na velhice. Todavia, há que destacar a importância do papel do Estado com a prestação de serviços essenciais e a implantação de políticas públicas robustas destinadas às pessoas empobrecidas, em todas as fases do ciclo de vida. Entre elas pode-se destacar programas de assistência à saúde, educação de qualidade, combate ao trabalho infantil, acesso ao mercado de trabalho, bem como políticas voltadas para velhice, pois essas medidas podem contribuir para o rompimento da pobreza transitória (sua natureza é temporária). Fazendo uma referência a vários autores, Motta e Parente (*ibid*) entre os fatores que contribuem para a pobreza transitória estão: tamanho da família, transferências governamentais de renda, sazonalidade de atividades económicas, migração e eventos de ciclo de vida, promover a mobilidade social (transição de uma posição social a outra realizada por um indivíduo para romper o ciclo intergeracional de pobreza. Ao contrário, a ausência do Estado prestando serviços essenciais em quaisquer fases do ciclo de vida aumenta a possibilidade de manutenção da pobreza transitória e condução para o nível de pobreza crônica (condições de privação que um indivíduo experimenta ao longo de sua vida. Portanto, contribui para a reprodução do ciclo da pobreza para as futuras gerações (MCKAY; LAWSON, 2002; JOHNSON, 1997; HULME; SHEPHERD, 2003; 2005).

Outros factores considerados importantes e citados por Bird (2007:V) incluem desigualdades sistemáticas dentro e entre famílias; gravidez na adolescência; práticas de cuidado e desenvolvimento da primeira infância; violência doméstica; renda familiar; bens domésticos e individuais; tomada de decisão doméstica; estratégias de subsistência e sobrevivência; captação de serviço; exposição e vulnerabilidade ao risco e resiliência ou capacidade de lidar. Bird (*ibid*:7) diz que embora as evidências em todo o mundo sugiram que a pobreza na infância aumenta as chances de pobreza na idade adulta, isso nem sempre é o caso, e outros fatores, incluindo estrutura familiar, efeitos de vizinhança, dependência de bem-estar e isolamento social, embora muitas vezes relacionados à desvantagem económica, podem operar independentemente para afectar o bem-estar ao longo da vida. Os factores que influenciam a probabilidade de um indivíduo ser pobre incluem tanto, o que o autor chama de transmissão privada (ou falta de transmissão) de capital quanto o que chama de transferência pública (ou falta de transferência) de recursos de uma geração para outra (por exemplo, através da tributação da renda das gerações mais velhas para pagar o sistema de ensino primário). Estes podem ser positivos (por exemplo, dinheiro, bens, aspirações positivas) ou negativos (trabalho forçado, má nutrição). Assim, segundo este autor, esses factores influenciam a transmissão intergeracional da pobreza da seguinte forma.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

Factores de Nível Doméstico

Influenciam quando um número maior de filhos torna a renda dos pais insuficiente para cumprir com as suas responsabilidades na família e no investimento nos filhos, fazendo com que estes procurem alternativas de rendimento, abandonando por isso a educação e entrando precocemente no mercado de trabalho, com remuneração baixa por falta de qualificações. Podem ser o número de filhos, educação e renda dos próprios pais, só para citar alguns exemplos.

Factores de Natureza Extradomiciliar

Neste grupo temos o conflito, questões culturais e psicossociais e a resiliência, só para citar alguns exemplos. O conflito desintegra as famílias, provoca deslocações, mortes, o que pode criar mudanças drásticas na rotina diária da família, quer pelo impacto negativo que pode ter causado nos filhos quer pela perda do membro da família responsável por criar condições de sobrevivência para mesma. A questão cultural e psicossocial sugere o que se chama de cultura de pobreza. A cultura da pobreza refere-se a situação em que o indivíduo merece e é digno de ser pobre, pelo facto de a sua cultura desviante ser diferente do resto da sociedade e a pobreza ser perpetuada por meio de baixos níveis de educação, falta de participação nas questões dominantes da sociedade, e mesmo tendo consciência do meio em se encontra inserido as suas características sociopsicológicas não o permitirem reverter a situação. Já a resiliência é a capacidade de uma família de se recuperar de um choque, medida por trazer a renda e o consumo de volta aos níveis anteriores ao choque em um determinado período de tempo.

Para compreender as tendências da pobreza e para desenhar políticas óptimas tendentes à sua redução, é importante ir além da simples medição estatística do fenómeno da pobreza e discriminar os mecanismos que influenciam a sua incidência e duração. A pobreza pode ser compreendida como o resultado da combinação entre (i) as decisões das famílias e indivíduos face a choques idiossincráticos e agregados; (ii) o conjunto de elementos institucionais que caracterizam a economia, incluindo a estrutura sócio-demográfica, o nível de capital humano e o funcionamento dos mercados de bens, de trabalho e de crédito; e (iii) a miríade de políticas públicas que afectam o conjunto de oportunidades de escolha e a estrutura de incentivos que os indivíduos defrontam. Naturalmente, estas dimensões estão fortemente interligadas entre si (ALVES, 2009, p. 126).

Mesmo antes da pandemia da Covid19 e da actual crise de custo de vida, os dados mostravam que 1,2 bilhão de pessoas em 111 países em desenvolvimento viviam em pobreza multidimensional aguda. Isso é quase o dobro do número de pessoas consideradas neste grupo com base na definição da pobreza, que é sobreviver com menos de US\$ 1,90 por dia. O estudo vai além da renda como uma medida da pobreza para entender como as pessoas vivenciam a pobreza em diferentes aspectos, desde acesso à educação e saúde, a padrões de vida como moradia, água potável, saneamento e eletricidade bem como identifica os diferentes perfis de pobreza que são mais comuns em determinados lugares (ONU, 2022). Moçambique figura entre 26 países que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

experimentam um aumento significativo na redução das carências em todos os indicadores, ou seja, a percentagem de pessoas que eram pobres e desfavorecidas diminuiu em cada indicador. Todavia, é o único de língua portuguesa na lista dos 40 países que não registrou nenhuma redução significativa na pobreza entre as crianças e também está entre os 15 da África Subsaariana que tiveram um aumento no número de pessoas pobres, apesar de uma diminuição da incidência da pobreza, mostrando que o crescimento populacional ultrapassou a redução da pobreza (*Ibid*).

Segundo o Relatório de Revisão Nacional Voluntária sobre o Alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas (2020, p. 2-3), o país fez progressos significativos no percurso ao desenvolvimento sustentável inclusivo nas últimas décadas. Nos últimos 20 anos foi uma das economias com melhor desempenho na África Subsaariana, com uma taxa média de crescimento de 7 a 8%, bem como um dos principais destinos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no continente. Durante esse período foram alcançados importantes ganhos, como a redução das taxas de mortalidade materno-infantil, o aumento do acesso aos serviços básicos de educação de raparigas e rapazes, água e electricidade. A conjugação destes resultados reflecte-se na melhoria da esperança de vida dos moçambicanos que passou de 49.4 anos em 2007 para 53,7 em 2019. A demografia do país está a mudar, com o aumento da população economicamente activa, e representa uma oportunidade para se obter o chamado dividendo demográfico que pressupõe o alcance de altas taxas de crescimento económico com retornos para a sociedade, desde que postas em prática medidas de desenvolvimento do capital humano para aumentar os níveis de produtividade. O desempenho socioeconómico do país tem sido positivo em várias frentes e as perspectivas são encorajadoras, contudo há muito por realizar, para garantir que “ninguém fique para trás”. A pobreza ainda afecta quase metade da população, cerca de 46% das crianças dos 0 aos 17 anos são pobres em termos multidimensionais enquanto 49% são monetariamente pobres.

Apesar da existência do último IOF de 2019/2020, ele não apresenta de forma directa a situação de pobreza em comparação com o de 2014/15. Este último analisa a pobreza em duas vertentes principais, a de consumo e a multidimensional (educação, saúde, habitação, etc). Segundo resultados deste inquérito, a taxa de pobreza de consumo a nível nacional diminuiu entre 1996/97 e 2002/03, estagnou entre 2002/03 e 2008/09, mas voltou a baixar no período 2008/09-2014/15. Por sua vez, a população pobre do ponto de vista multidimensional também diminuiu substancialmente. Reduziu de 69 em 2008 para 53 em 2014, embora prevaleçam diferenças regionais e provinciais. Os resultados da intersecção dos dois tipos de indicadores revelam que cerca de 31% da população moçambicana é contemporaneamente pobre tanto do ponto de vista do consumo como do ponto de vista multidimensional. Esta percentagem é mais alta nas zonas rurais e do norte. Em termos absolutos existem no país, cerca de 11.826.280 pessoas pobres de um ponto de partida em 1996 de cerca de 12.075.464 de pobres. Ao mesmo tempo a redução de quase 40 pontos percentuais na proporção de pessoas pobres entre 1990 e 2015 é uma das maiores observadas no mundo, o que deixou Moçambique mais perto de atingir em 2015 o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

Milénio (ODM) de “Erradicar a Pobreza e a Fome”. Salientar que os níveis de redução da pobreza podem ter incrementado, tendo em conta os resultados do último IOF 2019/2020 que indica alguns dados como a taxa de emprego que passou de 67.2% para 74.8% e a taxa de desemprego que reduziu de 20.7% para 17.5%.

Ao nível do Orçamento do Estado estabeleceu-se uma abordagem de Transferências às Famílias com Base no Sistema de Protecção Social tendo aumentado significativamente a despesa pública com os programas de acção social, com vista a redução da pobreza e da vulnerabilidade. A Protecção Social, através da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB), a par dos programas sectoriais, é neste momento o principal programa de apoio directo aos agregados familiares pobres e vulneráveis, cuja cobertura cresceu de 15.8% para 22% no período de 2014 a 2018. Contudo, o desafio da inclusão revela-se ainda bastante premente, uma vez que a cobertura, a protecção e os serviços sociais continuam aquém do desejável dado ao elevado número de pessoas idosas, pessoas com deficiências e de mulheres vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade (ENSSB, 2016-2024).

Os dados e as visões aqui apresentados, mostram que a pobreza é uma condição que tem que ser enfrentada em múltiplas dimensões e pelos principais actores, nomeadamente os governos e a família. Ela diz respeito a uma condição que tem de ser satisfeita ou a recursos que têm de ser necessários para que se tenha acesso a um certo padrão de vida. Portanto, as principais frentes a serem levadas à cabo são a questão da privação e a falta de recursos. O governo tem de desenhar programas eficazes para assistir as famílias, deve garantir investimentos em infraestruturas sociais, garantir mecanismos de inclusão financeira, garantir que as populações tenham o mínimo para atingir o bem-estar, reforçar os programas de assistência social aos idosos e aos desempregados e criar oportunidades de emprego para os jovens, ainda que tenham baixas qualificações, por forma a não comprometer o futuro da próxima geração. As famílias devem exercer um papel na formação do indivíduo, intervindo desse modo, na produção de um capital humano qualificado. É necessário que adiram aos programas sociais, uma vez que, como espaços de protecção e vivência social, quando apoiados por esses programas em suas necessidades potenciam os seus membros a ambições e aspirações que os distanciam do raio da pobreza. Elas devem garantir e incentivar o acesso a educação dos seus membros.

CONSIDERAÇÕES

Apesar dos autores apresentarem concepções diferentes da transmissão intergeracional da pobreza, influenciados pelas suas concepções e modos de produção da época, há entre elas um denominador comum, que se encontra no facto de a falta de investimento no capital humano fertilizar o ambiente para que ocorra a transmissão. De facto, a importância do capital humano reside no facto de ser referente às oportunidades disponíveis no meio em que o indivíduo se encontra inserido, possibilitando que acumule experiências e conhecimentos para gerar riqueza para o país e para sua família, interrompendo dessa forma essa cadeia de transmissão. O acesso à educação por meio das



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

políticas de acesso é um indicativo de que ela contribui para o aumento dos anos de estudos, podendo também contribuir para maior entrada no mercado de trabalho, melhoria da renda familiar, bem como para a mobilidade positiva de outras variáveis que compõem a pobreza em suas múltiplas dimensões, podendo ser a educação uma das variáveis promotora do rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. O aumento dos níveis de ensino e das qualificações constitui o instrumento mais eficiente para, de forma estrutural, reduzir a transmissão intergeracional da pobreza. Para que aconteça o rompimento do ciclo de transmissão da pobreza, é necessário conhecer a realidade em causa, compreender as dinâmicas e a estrutura sociais inerentes e privilegiar a formulação de políticas públicas, cuja eficácia levará a um elevador social ascendente que vai gerar mobilidade social. Vivenciar experiências de transformações políticas, económicas, demográficas e sociais pode ter grande influência no rompimento do ciclo de transmissão intergeracional da pobreza. Há que reconhecer uma série de falhas de governação, políticas e entrega dos governos que podem aumentar a probabilidade de a pobreza ser transmitida tanto crônica quanto intergeracionalmente. A oferta de saúde e educação de boa qualidade (incluindo a pré-escola) são instrumentos importantes para limitar a transmissão intergeracional da pobreza e que medidas combinadas com políticas para melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho, têm o potencial de permitir -mobilidade económica. Isso sugere que as falhas políticas e a ausência de um estado de desenvolvimento aumentarão a probabilidade de a pobreza ser transmitida intergeracionalmente. Onde não apenas a governança é má, mas o Estado é frágil ou falido, é provável que a provisão de serviços essenciais seja fraca. O conflito também tem se mostrado um importante motor da pobreza transmitida intergeracionalmente. Uma série de factores e eventos influenciam o bem-estar de um indivíduo durante seu curso de vida. Eventos positivos e alimentação consistente, bons pais, educação e transferência de habilidades constroem as capacidades e a oportunidade do indivíduo, enquanto a exposição a choques negativos e a ausência de nutrição, investimentos em capital humano e oportunidades provavelmente comprometem o futuro do indivíduo. É necessário que as normas culturais contrárias que fomentam e promovem o abandono ou afastamento da educação sejam moldadas à relevância deste assunto, o que pode implicar que haja sensibilização aos líderes tradicionais e em ambientes religiosos, sobretudo nas áreas rurais. Isto pode ser suplementado por meio de campanhas através dos órgãos de comunicação social e das redes sociais incluindo as rádios comunitárias. O empoderamento e a educação à geração de hoje trará consequências positivas na melhoria do padrão de vida para a geração do amanhã, garantindo oportunidades de escolhas, uma vida profissional sustentável e à independência financeira.

Desde o período que iniciou a instabilidade em Cabo Delgado e noutras zonas da região norte e centro do país, o ambiente para uma transmissão da pobreza entre gerações tornou-se, de alguma forma, mais favorável, devido a carência de quase todo tipo de condições de sobrevivência, originado pela degradação do tecido social e económico e destruição de maior parte de infraestruturas vitais. Uma intervenção multisectorial e coordenada, quer a nível do Governo como



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA POBREZA – UMA BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO MOÇAMBICANO
Jose Ernesto Bule

da sociedade civil e parceiros de cooperação, mostra-se importante sobretudo para aquelas famílias que já tinham uma estrutura de vida precária, que ao não serem atingidas por programas que mudem a sua condição de vida, certamente que a geração seguinte estará presa nas teias da pobreza, comprometendo desse modo a resposta que se pretende dar aos desafios impostos pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035 que define como meta, o alcance de 75% das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade, a Agenda 2063 da União Africana, que destaca o papel dos sistemas de protecção social na garantia de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030, adoptados pelas Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. Novos Factos sobre a Pobreza em Portugal. **Boletim Económico**, Banco de Portugal, Primavera, p. 125-154, 2009.

BIRD, K. **The Intergenerational Transmission of Poverty: an overview**. ODI Working paper 286. Chronic Poverty Research Centre, London, 2007.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063: Quadro Estratégico Comum para o Crescimento Inclusivo e o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: Comissão da União Africana, 2015.

CONSELHO DE MINISTROS. **Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024**, aprovada na 5ª sessão ordinária do Conselho de Ministros. Maputo: Conselho De Ministros, 2016.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035**. Maputo: Governo de Moçambique, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito sobre o Orçamento Familiar (2014/2015)**. Maputo, Instituto Nacional de Estatística, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Inquérito sobre o Orçamento Familiar (2019/2020)**. Maputo: Instituto Nacional De Estatística, 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. **Relatório da Revisão Nacional Voluntária sobre o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas**. Moçambique: Ministério da Economia e Finanças, 2020.

MOTTA, A. M.; PARENTE, C. Reprodução Intergeracional da Pobreza: o caso do complexo de favelas do São João - Rio de Janeiro – Brasil. *In: 7º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*, Atas CIAIQ2018, 2018. Volume 3, p. 410-421.

NOVELLINO, M. S. F.; BELCHIOR, J. R. Feminização e Transmissão Intergeracional da Pobreza no Brasil. *In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, ENCE/IBGE, Brasil, p. 1-20, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Novos Perfis da Pobreza e Acções para Enfrentá-los**. Geneva: ONU, 2022.

TEJADA, C. A. O. et al. Mobilidade Intergeracional de Renda. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 1225-1233, 2015.